

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.162 - ES (2018/0315667-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : SIEMENS LTDA
ADVOGADOS : ANDRÉ FONSECA LEME E OUTRO(S) - SP172666
PRISCILA SANDA NAGAO CARDOSO - SP182612
VITOR MIGNONI DE MELO - ES014130
AGRAVADO : PEIU SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO SPE S/A
ADVOGADOS : ROBERTO GARCIA MERCON - ES006445
GEDAIAS FREIRE DA COSTA E OUTRO(S) - ES005536
PAULO DE ABREU LEME FILHO - SP151810
ANDRÉ FONSECA LEME - SP172666
ADRIANA MARTINELLI MARTINS - ES012653

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por SIEMENS LTDA., em face de acórdão assim ementado (fl. 177):

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA. NULIDADE. AUSÊNCIA. RECONHECIMENTO MANIFESTO DA PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO. ANÁLISE DAS PROVAS. DESNECESSIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. REJEIÇÃO. HONORÁRIOS. ÔNUS DA PARTE QUE RECONHECEU. VALOR. APRECIACÃO EQUITATIVA. REDUÇÃO. NECESSIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.

1. O reconhecimento expresso da procedência da pretensão inicial afasta a necessidade de cotejo, pelo magistrado, das provas apresentadas nos autos.
2. A ausência de prejuízo demonstrado impede o reconhecimento de irregularidade e nulidade processuais, por força da máxima *nullité sans grief* Precedentes STJ.
3. Os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser arcados pela parte que reconheceu o pedido inicial, em montante condizente com as particularidades do caso, mediante apreciação equitativa do magistrado. Art. 26 e art. 20, § 4º, CPC/73. Precedente do STJ.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 192/196).

Nas razões do especial, a ora agravante alega ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se

pronunciar sobre as razões levantadas acerca da redução dos honorários advocatícios.

No mérito, argui afronta aos arts. 85, §§ 2º e 6º, 1.045 e 1.046 do Código Civil, pretendendo sejam mantidos os honorários advocatícios fixados na sentença.

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ressalte-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões proferidas pela origem.

Esclareça-se, também, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Observe-se, ainda, que "A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida (EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018).

No mais, o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela redução dos honorários advocatícios, assim se pronunciando (fl.):

(...) E, quanto à fixação do valor dos honorários, penso que deve ser feita de acordo com as circunstâncias do caso, obedecendo às normas gerais da legislação processual e mediante apreciação equitativa, consoante disposto no art. 20, § 4º, do CPC/73, incidente à hipótese conforme orientação do STJ.

Nessa linha, muito embora a demanda verse sobre dívida de valor considerável - superior a R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) -, o reconhecimento jurídico do pedido e a consequente baixa complexidade do caso justificam a redução da verba honorária arbitrada pelo juízo de origem, sobretudo como forma de manter o valor condizente com o caso concreto.

Esclareço, tão somente, que não estou aqui desmerecendo o trabalho do causídico atuante no feito em defesa dos interesses da Autora.

Longe disso!

A presente argumentação e conclusão apenas esclarecem que o valor da verba honorária sucumbencial, arbitrada em sentença de reconhecimento do pedido, deve ser condizente com as circunstâncias da demanda, de maneira que, a meu ver, a fixação do valor de 10% (dez por cento) sobre a dívida inicial, que equivaleria a mais de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), mostra-se notadamente excessivo.

Desse modo, para adequar o caso aos parâmetros expressos no art. 20, §4º, do CPC/73, vigente quando da prolação da r. sentença, reduzo os honorários advocatícios ao valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Em face do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso, para reduzir a verba honorária à quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos da fundamentação.

Quanto à pretendida revisão dos honorários advocatícios, observo que estes foram fixados com base na apreciação da prestação do serviço pelo advogado, em face da natureza e das peculiaridades da causa e a sua revisão impõe incontornável reexame dos aspectos fáticos da lide, o que encontra óbice no enunciado 7 da Súmula do STJ. Na linha desse raciocínio:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. APLICAÇÃO EM FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA. BANCO SANTOS. DESVALORIZAÇÃO EXCESSIVA E REPENTINA. PERDA DE CAPITAL. RESPONSABILIDADE RECONHECIDA. RECURSO DE APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE AFASTADA. SÚMULAS 283 DO STF E 7 DO STJ. HONORÁRIOS. REVISÃO. REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, qual seja, a tempestividade da apelação, devido a ausência de duplicidade de intimações, situação apta a atrair o óbice da Súmula nº 283/STF. Além disso, a reforma do julgado estadual demandaria reexame de provas. Incidência da Súmula 7 do STJ.

2. Esta Corte já assentou que existe a responsabilidade civil no caso de práticas gerenciais indevidas, pois essas são diversas do mero "risco de mercado", ínsito à aplicação financeira em debate.

Precedentes.

3. A modificação dos honorários advocatícios fixados na origem exige o exame do acervo fático-probatório, o que esbarra no óbice da Súmula nº 7/STJ, somente sendo possível essa análise em caso de verba manifestamente irrisória ou excessiva. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1312916/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 16/10/2018)

Acrescente-se que, nos termos da jurisprudência desta Corte, "A fixação dos honorários advocatícios não está adstrita aos limites percentuais de 10% (dez) e 20% (vinte) por cento, constante do § 2º do art. 85 do CPC, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou a condenação ou mesmo uma quantia fixa, segundo o critério de equidade previsto no § 8º do mencionado normativo" (AgInt no AREsp 1284752/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/8/2018, DJe 28/8/2018).

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora